

Dialética rural-urbano e patrimônio-territorial na África. Mercado Chiuaula, em Lichinga, Moçambique

Rural-urban dialectics and territorial-heritage in Africa. Chiuaula Market, city of Lichinga, Mozambique

Joaquim Miranda Maloa ^{*1} e
Everaldo Batista da Costa ^{**2}

¹Departamento de Geociências, Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma (ISDRB-UniRovuma), Lichinga – Moçambique

²Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, UnB.

Os autores escrevem em Português do Brasil.

Resumo

O artigo analisa as condições de permanência do patrimônio-territorial no mercado de Chiuaula, em Lichinga, Moçambique, como síntese da dialética rural-urbano, no processo da urbanização africana. Compreende-se o mercado de Chiuaula como um patrimônio-territorial, lugar da resistência contra o empobrecimento urbano-rural africano e expressão da vida cotidiana popular. A metodologia se baseia em: i) pesquisa bibliográfica sobre a urbanização e a dialética rural-urbano na África; ii) revisão da teoria relacionada ao patrimônio-territorial de enfoque decolonial; iii) trabalho de campo para realização de entrevistas semiestruturadas e levantamento de informações sobre a dinâmica comercial do âmbito do mercado (envolvendo saberes, produtos e vendedores). Verificou-se que os produtos comercializados no mercado Chiuaula singularizam a interação rural-urbana no viés da urbanização africana; o estabelecimento constitui-se como relevante patrimônio-territorial, na ótica dos vendedores, que têm o lugar como fonte de mitigação do empobrecimento material e sobrevivência de cerca de 864 famílias, além de espaço do fortalecimento de vínculos sociais.

Palavras-chave: Urbanização africana. Patrimônio-territorial decolonial. Rural-urbano. Abastecimento urbano.

Cadernos de
Geografia

doi: https://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_52_02

Editor de layout:
Os autores escrevem em
Português do Brasil.

Recebido a:
25 de maio de 2025
Aprovado a:
07 de outubro de 2025

*Email: mwanamaloa@gmail.com

**Email: everaldocosta@unb.br

Abstract

The article analyzes the conditions of permanence of the territorial-heritage of Chiuaula market in Lichinga, Mozambique, as a synthesis of the rural-urban dialectic in the process of African urbanization. The Chiuaula market is understood as a territorial-heritage, a site of resistance against African urban-rural impoverishment and an expression of popular everyday life. The methodology is based on: i) bibliographic research on urbanization and the rural-urban dialectic in Africa; (ii) a review of the theory related to territorial-heritage from a decolonial perspective; (iii) fieldwork to conduct semi-structured interviews and collect information on the commercial dynamics of the market (involving knowledge, products and vendors). It was found that the products sold at the Chiuaula market singularize the rural-urban interaction in terms of African urbanization; the establishment constitutes a relevant territorial-heritage, from the perspective of the vendors, who see the place as a source of mitigating material impoverishment and survival for around 864 families, in addition to strengthening social ties.

Keywords: African urbanization. Decolonial territorial-heritage. Rural-urban. Urban supply.

1. Introdução

Na África, a interação rural-urbano é síntese dialética de uma urbanização enquanto negação-afirmação dos dramas existenciais da vida cidadina, a qual gera uma complexificação dos conflitos vigentes no continente, à esteira da globalização. Também na África, a existência faz-se pela angústia vivida no *ser* urbano, onde os sujeitos históricos materialmente empobrecidos reconhecem a importância da luta popular na superação das contradições inerentes à vida nas cidades (Scarlatto & Costa, 2017)..

Este artigo tem o objetivo de analisar as condições de permanência do patrimônio-territorial no mercado de Chiuaula¹, Lichinga, Moçambique (Figura 1), como síntese da dialética rural-urbano, no processo da urbanização africana. O enfoque geográfico-decolonial e latinoamericano do patrimônio-territorial (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021, 2024), ainda não tinha sido aplicado a casos africanos. O debate confronta as práticas capitalistas hegemônicas sobre espaços do cotidiano, critica o veloz processo de ressignificação dos lugares ou espaços do acontecer solidário, na esteira da globalização (Santos, 2000, 2002); movimento este que tende a negligenciar a importância original dos bens da cultura popular e seus mantenedores (os quais E. Costa trata por “sujeitos situados” ou em “situação espacial duradoura”).

O patrimônio-territorial é um conceito que se aplica ao estudo, também, dos mercados africanos. O conceito recupera as expressões simbólicas e territoriais dos grupos sociais que resistem ao empobrecimento material rural-urbano, por meio do cotidiano, do trabalho e de políticas comunitárias.

O patrimônio-territorial é um catalizador de ações populares reivindicatórias, que estimulam “conexões territoriais afetivas” via cidade-campo (Costa, 2018; Costa & Alvarado-Sizzo 2023; Costa, Pulgarín-Osorio, Garibay & Pasuy, 2023). O conceito estimula a práxis popular na tecitura de redes de práticas que contribuam para o protagonismo dos sujeitos subalternizados e de suas representações territoriais (Costa,

¹ O nome deste mercado esta associado ao Régulo (Líder comunitário) – Chiuaula.

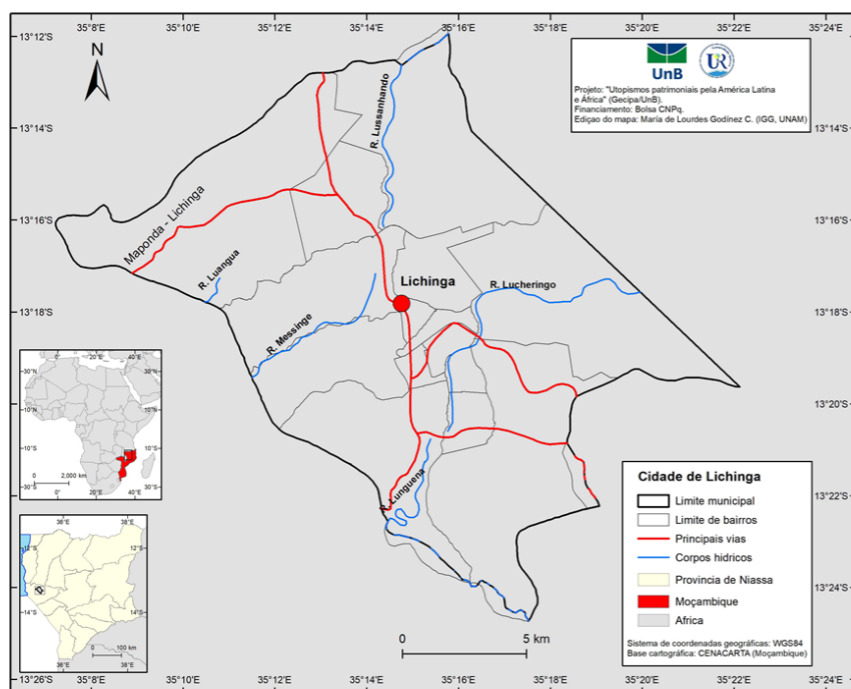


Figura 1. Localização da cidade de Lichinga.

Fonte: elaboração própria e editado por M^a de Lourdes Godínez C. (IGG-UNAM).

2018, 2021). Conforme o autor, é pelo patrimônio-territorial – “fagulha de esperança” –, que o sujeito rompe ou ao menos mitiga a realidade de injustiças que pairam sobre os territórios urbano-rurais (na América Latina e África), projetando o futuro com ideologias, práticas, políticas e culturas transgressoras. Tais práticas devem confrontar as ações hegemônicas do Estado-mercado e compreendê-las favorece reconhecer formas de resistências pela memória e saberes dos sujeitos materialmente despojados no continente africano.

Metodologicamente, o estudo (i) revisa a literatura sobre a dialética rural-urbano e a urbanização, especificamente, na África, (ii) debate o patrimônio-territorial de matriz decolonial-existencialista, como uma lente para a leitura das problemáticas urbanas africanas, (iii) identifica empiricamente o patrimônio-territorial que perdura no mercado de Chiuaula, Lichinga, Moçambique, o qual assume uma função socioespacial regional ou na província de Niassa. Recorreu-se à abordagem mista (qualitativa-quantitativa), com observação direta em três trabalhos de campo² e realização de 23 (vinte e três) entrevista semiestruturada com vendedores (homens e mulheres entre 20 e 40 anos), para descobrir a natureza dos produtos comercializados, bem como seus fluxos provinciais cartografados. Distintamente dos mercados na América Latina, que ainda tem nos trabalhadores idosos importante agente na manutenção

² Foram realizados três trabalhos de campo, no mercado de Chiuaula, nos meses de março, junho e novembro de 2024.

dos estabelecimentos (Briones-Orellana, Heras-Olalla & Heras-Barros, 2021; Costa & Alvarado, 2023), no caso africano, a baixa expectativa de vida (56 anos, segundo a ONU) caracteriza os comerciantes como mais jovens.

Como resultado, é apresentada a diversidade e o conteúdo político popular e de mercado do patrimônio-territorial que singulariza a dialética rural-urbano derivada da urbanização africana rebatida em Moçambique e exemplificada pelo mercado de Chiuaula.

2. A dialética rural-urbano face à urbanização na África

A dialética como método tem longa trajetória, sendo-lhe atribuído explicações cada vez mais nuançadas, até ser desenvolvido como materialismo histórico dialético por K. Marx, no século XIX, desde quando é aperfeiçoado (Foulquié, 1966; Goldmann, 1967; Oliveira, 2004; Peixoto, 2015). Neste estudo, o que se entende por dialética rural-urbano correspondente às relações de interdependência entre espaços diversos de sujeitos sociais, políticos, econômicos, culturais, em disputa e complementaridade, inclusive, técnica e tecnológica, segundo cada região ou lugar do planeta. Segundo Sposito (2013), é difícil distinguir os espaços rurais e urbanos na atualidade, o que não significa desaparecimento da cidade ou do campo como unidades socioespaciais distintas; ocorrem áreas de transição e o contato entre esses espaços, os quais assumem novas características e usam a mesma porção territorial, fazem confundir interesses dos agentes e atores pertencentes às cidades e ao campo, perfazendo limites imprecisos.

A análise da dialética rural-urbano depara-se com um conjunto de obstáculos que dificultam compreender sua complexidade, como as distinções conceituais entre o rural e o urbano, bem como as dinâmicas espaciais de cada recorte; os conceitos, frequentemente, são definidos de forma arbitrária, variando de região para região (Sposito, 2013).

Esta variação expressa as circunstâncias em que as cidades africanas se expandem, ampliam seus limites físicos e influências sobre zonas rurais, assentamentos intermédios, vilas e postos administrativos de pequenas dimensões, com diferentes níveis de interação rural-urbano. Por outro lado, existem múltiplas localizações ou um *continuum* de residências, beneficiamentos ou equipamentos ao longo dos percursos que conectam tais espaços, com características híbridas (Feijó, 2017).

A dialética rural-urbano está na base da rápida e quantificada urbanização da África. As cidades do continente crescem a um ritmo estimado de 15 a 18 milhões de pessoas por ano. A principal motivação do fenômeno é a procura de trabalho ou de melhores rendimentos. Feijó (2017), ao estudar as cidades moçambicanas de Maputo, Tete, Nacala-Porto e Pemba, explica que o conjunto dos movimentos migratórios rural-urbano estão associados ao acesso à educação, ao ajuntamento com familiares, à busca de melhores condições de segurança, de alimentação, de trabalho e mesmo oportunidades em pequenos negócios.

Os fluxos migratórios, então, definem a importância dos mercados populares africanos, foco deste estudo. Nota-se que o tipo de negócio predominante nesses estabelecimentos, para a maioria dos migrantes, relaciona-se à compra e revenda

de uma variedade de produtos (alimentares, bebidas, vestuário, material eléctrico, de construção, etc.). E esses revendedores são jovens e mulheres que vivem em lugares precarizados das cidades (Muanamoha & Raimundo, 2017), principalmente nas periferias onde os serviços e infra-estruturas são escassos.

Essas condições de precariedades, segundo Davis (2006), manifestam-se em quase todas as cidades africanas, constituindo aglomerados de bairros materialmente empobrecidos, como Kibera (Nairobi), Karu (Abuja), Soweto (Joanesburgo), Camp Luka (Kinshasa), Bonaberi (Douala), Xipamanine (Maputo), entre outros setores urbanos superpovoados.

Esses bairros se adensam especialmente nas capitais nacionais e regionais, motivados pelo êxodo rural, perfazendo-se em espaços de representação dos principais grupos étnico linguísticos e também palcos de definição da identidade nacional. Na década de 1990, ocorreram grandes fluxos migratórios que incrementaram a população residente em setores informais dos grandes centros urbanos da África, com habitações de carácter provisório, habitabilidade precárias e estabelecimento ou incremento de novos mercados, como de Chiuaula. Estas áreas ficaram conhecidas no Moçambique, por “cidade de caniço” (Mendes, 1979; Araújo, 2003; Mendes, 2012; Cani 2011; Fernandes & Mendes 2012; Maloa, 2016) e em Angola por “cidade de muceques” (Amaral, 1983; Bettencourt, 2011), onde vivia a população sem acesso à água potável, saneamento e eletricidade.

Para Mendes (2012), as maiores áreas urbanas africanas se estruturam fragmentariamente; na primeira metade do século XX, regista-se maior crescimento da população em subúrbios resultantes do fluxo rural, favorecedora do crescimento económico e da exploração das vantagens de aglomeração e proximidade. Essa população foi impulsionada pela narrativa da modernização e inovação, maiores oportunidades de acesso à educação e serviços, e eficiência na provisão de saneamento e abastecimento energético. Tal fluxo também foi impulsionado pelo declínio da produtividade agrícola e pela falta de oportunidades de emprego e acesso às infraestruturas sociais básicas (Feijó, 2017).

Os desastres socioambientais e os conflitos sociopolíticos e económicos também foram motores para a busca de refúgio popular nos centros urbanos da África. Há um reduzido investimento público em termos de infraestrutura e produção nas zonas rurais, o que caracteriza o lento crescimento económico de muitos países africanos, que são dependentes da atividade agrícola. O declínio dessas atividades gera a redução do emprego no campo africano e ciclo permanente de migração rural-urbano. A população não tem acesso a bens e serviços locais, empobrecendo o tecido social; faz-se um ciclo que se autoalimenta no continente (Feijó, 2017), apesar das diferenças entre cidades e seus setores, conforme o país. A cidade de Lichinga é um exemplo, surgiu na época colonial como um centro administrativo e burocrático, adensando-se pela força da migração campo-cidade.

A expectativa de se obter melhor qualidade de vida nas cidades poucas vezes se concretiza, como mostra Muanamoha e Raimundo (2017), transferindo a pobreza rural para a urbana, no continente. As grandes cidades africanas e suas infraestruturas não respondem aos novos contingentes e suas necessidades, de forma que a realidade cotidiana e a condição socioeconómica do migrante se reproduz, considerando

que nos países africanos, embora os espaços rurais sejam dotados de abundantes recursos naturais, a maioria da população vive no limiar entre a pobreza e a miséria, sobrevivendo com menos de 1 dólar por dia. A necessidade de provisão de serviços e infraestruturas acessíveis a esta população é um dos principais desafios para os governos municipais (Chambe, 2011; Feijó, 2017; Farré, 2017).

As cidades de Namíbia (República da África do Sul) e Zimbábwe, apresentam níveis relativamente altos de prestações de serviços. Já em Luanda (Angola), Lusaka e Ndola (Zâmbia), ocorre o contrário, apresentam escasso acesso à água canalizada, saneamento, eletricidade e comunicação. O mesmo acontece em Maputo (Moçambique) e Maseru (Lesoto), onde o acesso aos serviços de saneamento é precário. Em Gabarone, as tarifas de água são altas devido às dificuldades de percurso e transporte da mesma. O difícil acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento nos últimos anos em Luanda (Angola) e Beira (Moçambique) causou a morte de milhares de pessoas. A região de Lusaka destaca-se pela prestação mais baixa de serviços, em todo seu espectro. Geralmente, o acesso aos serviços urbanos na África é prejudicado largamente pelas deficientes infraestruturas (Banco Mundial, 2017, 2018).

Esta situação tem agudizado com as alterações demográficas ocorridas na África, notadamente a partir da década de 1990, quando dois terços dos africanos ainda viviam em zonas rurais. Estima-se que, em 2025, mais da metade da população do continente viverá em áreas urbanas e, durante o próximo quarto de século, a população urbana crescerá quase duas vezes mais depressa do que a população em geral, aumentando em mais de quinhentos milhões relativamente aos níveis de 1990 (Muanamonha & Raimundo, 2017; Hansine 2017).

Nesse contexto, cidades africanas como Cairo, Kinshasa e Lagos constituem-se como algumas das maiores regiões metropolitanas do mundo. Em 2007, Cairo tinha 11,9 milhões de habitantes, Lagos 9,6 milhões e Kinshasa 7,8 milhões. Em 2015, Cairo subiu a 13,4 milhões, Lagos a 12,4 milhões, e a Kinshasa 11,3 milhões de habitantes, ocupando o 11º, 17º e 19º lugar, respectivamente, entre as maiores aglomerações planetárias. As projeções mostram que Kinshasa, com 16,7 milhões de habitantes, será a maior aglomeração urbana do continente africano até 2025 (Muanamonha & Raimundo, 2017).

A urbanização na África divergiu de outras regiões do mundo em aspectos importantes. Noutras regiões, a urbanização implicou na criação de postos de trabalho, aumento de investimentos em infraestruturas e no setor agrícola (Araújo, 2003; Amaral, 1983; Bettercourt, 2011; Cani, 2011; Maloa, 2016; Mendes, 1979; Fernandes & Mendes, 2012). Em resumo, a África tem padecido de um interno sub-investimento na agricultura e mesmo para a melhor dinâmica da vida urbana, o que restringe a qualidade da vida popular no campo e para amplo espectro da população urbana (Muanamonha & Raimundo, 2017). Ante tal realidade, a população urbana continua a crescer no Moçambique, país específico ao qual se dedica este estudo (Gráfico 1).

Observa-se no Gráfico 1 que, em 1975, 11% da população moçambicana era urbana e 89% rural, de um universo de 10.165.21 habitantes; três décadas depois, em 2020, triplicou esse quantitativo da população urbana, alcançando a cifra de 38% (Dadá & Mosca, 2022), reduzindo gradualmente o número da população rural, num contexto de aumento populacional. Todavia, 62% da população de Moçambique

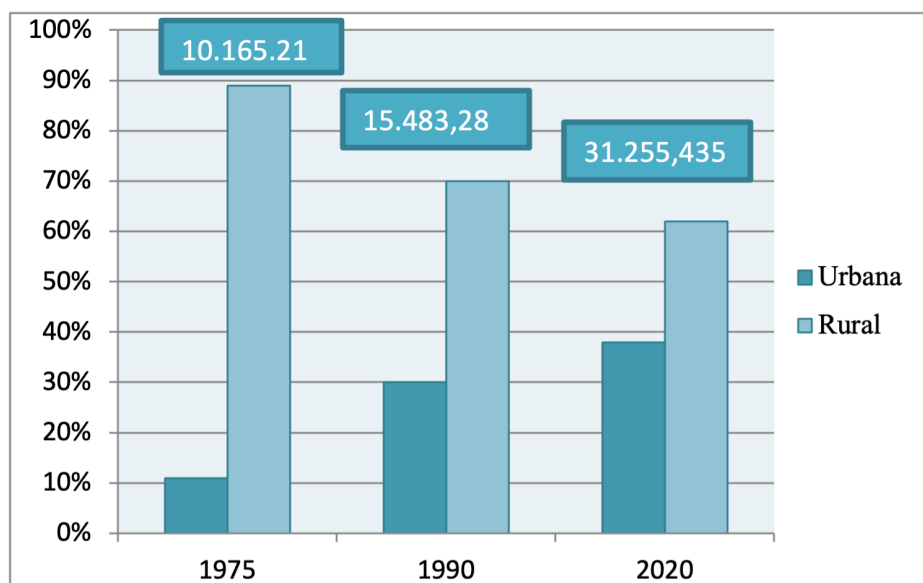


Gráfico 1. Evolução da população rural-urbana em Moçambique (1975, 1990 e 2020).

Fonte: Elaboração própria a partir de Dadá e Mosca (2022).

vive no campo. O processo migratório rural-urbano no país não foi acompanhado de investimentos em alimentação, educação, saúde e segurança nas cidades (Mbokolo, 2011; Francisco & Paulo, 2006; Chivangue, 2014; Stacciarini & Silva, 2018; Mendras, 1969).

Dentro desta problemática situação espacial derivada da dialética rural-urbana na África, é necessário reconhecer os elementos favoráveis conectores de campo-cidade, o que é exemplificado pelo patrimônio-territorial.

3. O conceito patrimônio-territorial: revisão para aplicação ao caso africano

O conceito patrimônio-territorial proposto por Costa (2016, 2017, 2018, 2021, 2024), deriva e se dedica à *práxis* decolonial que almeja, à despeito dos agentes da patrimonialização e de suas práticas hegemônicas, o reconhecimento de expressões materiais-imateriais próprias dos “sujeitos em situação espacial duradoura”, caso dos vendedores do mercado Chiuaula, socioespacialmente subalternizados na cidade de Lichinga. Sustentado pela tríade existência, experiência e imaginação situadas, o patrimônio-territorial (qualitativos unidos por hífen), significa a valorização do conteúdo da vida cotidiana que emerge de tais sujeitos (os vendedores), totalizando e enfatizando o território e as memórias subalternizadas, frente à duração e manutenção dos riscos e violências propagadas pela modernidade-colonialidade (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021, 2024; Mignolo 2010). Vários outros autores incorporam o conceito neste viés decolonial, na América Latina, como Aldaz Galicia (2024), Alves (2024), Oliveira e Jardim (2024), Maluly (2024), Fernandes e Fazito (2022), Pinassi e Bertonecello (2023), Rodríguez Ventura e López (2023), Silva e Queiroz (2020),

Rodríguez (2020) e outros. Na perspectiva europeia, o conceito foi desenvolvido por Ortega Valcarcel (1998) e Magnaghi (2000), aos quais se distingue, epistêmica e ontologicamente, os estudos de E. Costa, como se esclarece em Costa (2024).

Os estudos teóricos e empíricos de E. Costa revelam, por meio de diferentes países da América Latina (e, neste caso, pela África) que, independentemente dos mecanismos de poder e controle gerado historicamente para submeter sujeitos e territórios, e mesmo dominar o espaço público na história das cidades, a população empobrecida responde, historicamente, na forma de contra-conquistas (Costa & Moncada, 2021). Os sujeitos em “situação espacial duradoura” (Costa, 2016; Costa, Maluly & Rúbio 2024) se reproduzem por meio de uma decolonialidade enquanto práxis históricas situadas, em que os grupos sociais subalternizados procuram sobreviver.

Este é o caso dos vendedores do mercado de Chiuaula, em Lichinga, protagonistas em práticas e lutas contra a pobreza urbana, quando percebem a natureza de seu cotidiano e confrontam a realidade derivada de normas e ações que, verticalmente, impõem conteúdos de controle hegemônico ao território e desconsideram a concretude dos sujeitos e de suas ações em favor da superação de riscos, das desigualdades e do *continuum* de crises de fundamento espacial que atravessam a América Latina e a África (Santos, 2006; Costa, 2021; Costa & Moncada, 2021).

Como diz E. Costa, o patrimônio-territorial é o gerador da esperança que se apresenta aos grupos sociais subalternizados. O conceito de patrimônio-territorial se realiza enquanto teoria, prática e práxis populares; faz compreender a realidade vivida pelos sujeitos históricos e intencionalmente subalternizados, não somente pelos índices de vulnerabilidade socioespaciais, mas pela potência latente de saberes populares ancestrais, práticas cotidianas de sobrevivência, na criatividade do trabalho, na busca do lazer, na prática da religião, nas formas de habitar, etc.

A teoria invoca uma práxis patrimonial que estimule e promova o processo de construção da consciência da situação popular no interior da comunidade, desde o lugar, uma percepção de sua vulnerabilidade e subalternidade induzidas, porém e notoriamente, seu potencial criador e criativo para a existência duradoura, apesar das crises, como representam os vendedores do mercado Chiuaula, em Lichinga.

Este movimento, que envolve a percepção e a consciência à evidência de um fato, dispõe de elementos para a discussão atrelada à essência e à “natureza do urbano”, em sua objetividade e subjetividade – indissociáveis e historicamente determinadas na interação rural-urbano (Scarlato & Costa, 2017).

A teoria e o conceito do patrimônio-territorial decolonial, geográfico e existencia-lista, revisado e aplicada ao caso africano, favorece interpretar expressões materiais-imateriais do saber local, independentemente da institucionalização mercadológica estatal da cultura ou da natureza. O patrimônio-territorial é a singularidade do saber-fazer e do lugar, diante de múltiplas particularidades da economia política regional ou nacional, confrontando e, ao mesmo tempo, assimilando relações de trabalho, crenças e costumes entrantes, como prescreve E. Costa. É um elemento de identidade local e de valorização das vidas, que ativa o reconhecimento do espaço, dos objetos, dos produtos e dos saberes, que criam certa autonomia política, econômica e cultural dos empobrecidos e estigmatizados socioespacialmente, como ocorre através das práticas populares do migrante rural-urbano junto ao mercado Chiuaula.

4. O patrimônio-territorial no mercado Chiuaula: síntese da dialética rural-urbano na África

O mercado de Chiuaula faz parte dos mercados públicos considerados informais, que ganham dimensão nas décadas de 1980 e 1990, por toda a África, à esteira da migração rural-urbano. O termo “setor informal” foi utilizado pela primeira vez por Keith Hart, em Gana, na *Conference on Urban Unemployment Studies*, em 1971, quando o termo popularizou-se nos estudos sobre as cidades (Lopes, 2003). A Organização Internacional de Trabalho (OIT) propôs uma delimitação conceitual, segundo a qual as atividades informais consistiam em um modo de organizar a produção, caracterizada pela facilidade à entrada, dependência de recursos locais, propriedade familiar, à escala de pequenas operações intensivas em mão-de-obra. A tal esfera do modo produtivo, Milton Santos tratou como “circuito inferior da economia urbana” (Santos [1979] 2018; Costa et al., 2022).

Para Nhaca (2016), os termos “setor formal” e “informalidade” não produzem uma realidade distinta; eles escondem muitos aspectos comuns de variado leque de atividades orientadas para o mercado e não apenas para o registo estatal das atividades comerciais, para serem considerados informais.

Neste artigo, não pretendemos aprofundar no debate teórico sobre a informalidade ou os circuitos da economia urbana. Outros estudos o fizeram neste viés miltoniano dos circuitos, desde América Latina, através de mercados tradicionais ou populares do México (Costa & Alvarado-Sizzo 2023; Costa et al., 2022), mercados do Chile (Costa et al., 2024), mercados da Colômbia (Costa et al., 2023).

Chichava (1998) e Francisco e Paulo (2006) lembram que os mercados de forma-conteúdo tradicionais integrados ao setor informal registou um crescimento, a partir de 1987, com o impacto do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), que garantia reformas econômicas e, contraditoriamente, também permitiu o surgimento de mercado ilícito, criminoso e delituoso, numa economia informal consentida. Isso fez com que os mercados informais aumentassem na África, empurrados pela crise econômica e o desemprego (Amaral, 2005).

Neste cenário, surgiu o mercado de Chiuaula (Figura 2), o primeiro e maior estabelecimento retalhista da cidade de Lichinga, com aproximado 500 bancas, considerando que há postos fixos e móveis, segundo a demanda ou as estratégias de venda dos comerciantes. O mercado foi edificado em setor periferizado de Lichinga, constituindo uma paisagem variada, com bancas fechadas, abertas, antigas e novas, em rotação (fotos inferiores na Figura 2 e Figura 3), em um setor popular repleto de complexidades e contradições.

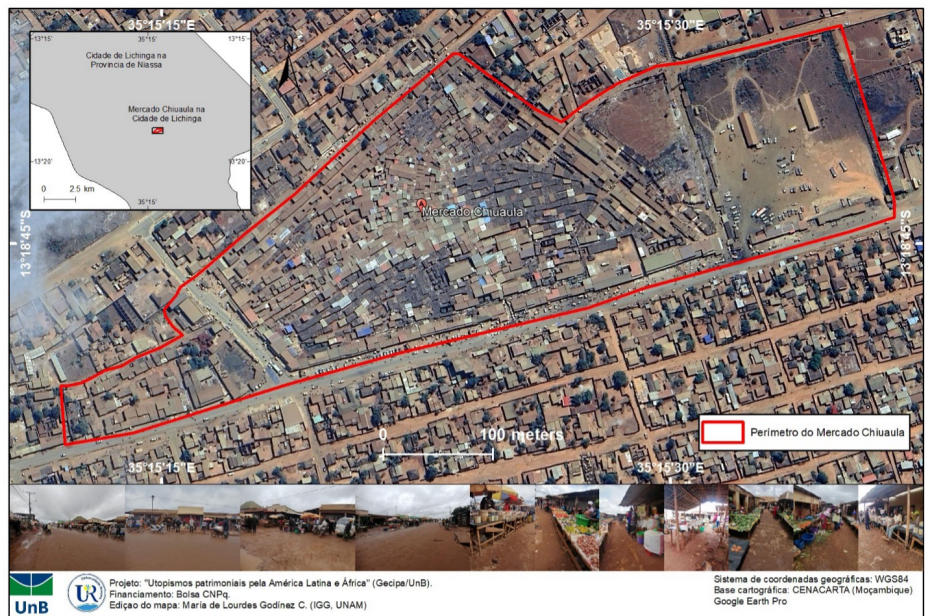


Figura 2. Vista Aérea, frontal e interna do Mercado de Chiuaula, Lichinga (Moçambique).
 Fonte: elaboração própria e editado por M^a de Lourdes Godínez C. (IGG-UNAM).

O mercado de Chiuaula é um dos mais prestigiados de Lichinga, onde se comercializam hortícolas, frutas, legumes, cereais, vestuários e produtos industrializados (Figura 3), com destaque para mercadorias agrícolas oriundas de toda a província de Niassa (Figura 4). Estabelece-se um circuito espacial de produtos agrícolas (cereais, oleaginosas, leguminosas), que saem de zonas rurais para a cidade ou dos dezesseis (16) distritos existentes na província de Niassa (Governo da Província de Niassa 2017) (Figura 4).

A agricultura tem um peso na estrutura econômica da província, constituindo a maior e principal fonte de emprego e renda familiar (80%).



Figura 3. Alguns produtos comercializados em Chiualua (ovos, farinhas, alho, cebola, frango vivo, mandioca, cenoura, tomate e pimentão).

Fonte: Acervo próprio (trabalho de campo em 2024).

A agricultura predominante em Niassa é de subsistência, tendo 47,1% da população ativa nesta atividade, com uma taxa de ocupação de 7,1% da área total arável, que é de 12 milhões de hectares (PEN 2017). Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE 2016), a população total ativa na Província do Niassa é de 78,1% e se dedica à agricultura, silvicultura e pesca; 9,6% ao comércio e finanças; 7% a outros serviços e o restante aos diversos sectores.

O destaque refere-se à produção de culturas alimentares com ênfase no milho, feijões, batatas rano e doce, mandioca, mapira, arroz, amendoim, hortícolas e frutas tropicais e exóticas (maçã, pêssego, manga, goiaba, abacate, massuco, banana, morango, limão, papaia, uvas, entre outras) e culturas de rendimento, como algodão,

tabaco, soja, macadâmia, gergelim, castanha de caju, trigo, café e lentilha (Governo da Província do Niassa, 2017) (Figura 4).

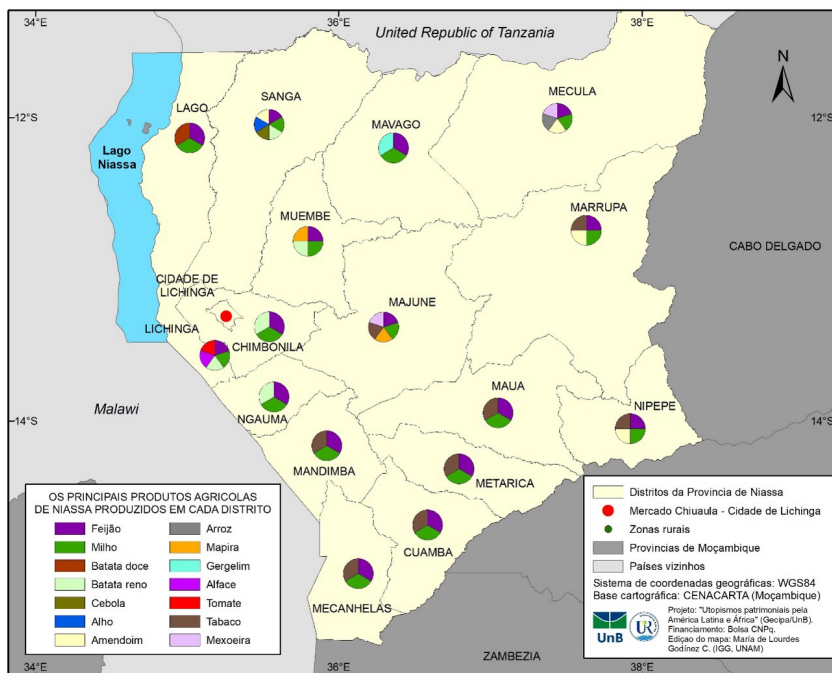


Figura 4. Fluxo de produtos agrícolas das áreas rurais da província de Niassa para a cidade de Lichinga.

Fonte: elaboração própria e editado por M.^a de Lourdes Godínez C. (IGG-UNAM). Dados do Governo do Moçambique (2022).

O fluxo ou circulação de produtos das áreas rurais de Niassa para a cidade de Lichinga faz do mercado de Chiuaua um sítio referencial e privilegiado, o qual pactua as interações campo-cidade e ancestralidade. O mercado perfaz-se como um patrimônio-territorial, pois articula as ações de comercializações dos jovens, das mulheres e dos idosos, simbolizando o trabalho urbano e vida emocional situada e conectada com o rural, pelo labor, pelos saberes e pelos produtos símbolo de esperança e continuidade da vida popular. Dentre os produtos comercializados no mercado Chiuaua, os que mais o identificam à própria história da formação territorial africana (perfazendo-se em patrimônio-territoriais rural-urbano) são os tubérculos, a batata reno ou batata inglesa e as leguminosas, como o feijão, em suas 36 variedades. Esses são dois produtos que podem ser interpretados como principais patrimônios-territoriais de Niassa, quando os discursos públicos e a narrativa popular (na província e no próprio mercado) referenciam o feijão e a batata em seu aspecto simbólico-regional (Figura 5).



Figura 5. Venda de batata inglesa e feijão no mercado de Chiuaula.

Fonte: Acervo próprio (trabalho de campo em 2024).

Há grande procura por feijões no mercado Chiuaula, tanto pelos nativos quanto por parte de pessoas que visitam a província e a cidade de Lichinga. As narrativas transcritas, em resumo, atestam o argumento:

- “O feijão do Niassa, em Moçambique, é famoso pela sua alta qualidade. Agora foi inaugurada a primeira fábrica para processar e empacotar o feijão regional, e facilitar a sua colocação nos mercados domésticos e mundial.” (David 2015, reportagem).
- “Muitos visitantes da cidade de Lichinga vem comprar feijão aqui, até vem camiões comprar aqui para levar a Maputo e outras cidades (...).” (Vendedor de feijão, mercado de Chiuaula, 24/7/2024).
- “O nosso feijão do Niassa é muito procurado, por isso é um bom negócio, as pessoas compram mesmo, essa é a nossa identidade.” (Vendedor de feijão, mercado de Chiuaula, 24/7/2024).
- “Somos conhecidos como o mercado de feijão e hoje temos muitas variedades, o que agrada os que vem nos visitar.” (Vendedor de feijão, mercado de Chiuaula, 25/7/2024).

A análise do conjunto de entrevistas realizadas comprova que os dois principais produtos disponibilizados no mercado Chiuaula são a batata inglesa e o feijão, não apenas pelo volume ou procura, mas sua história produtiva regional favorece lê-los como um patrimônio-territorial abrigado na atividade comercial do mercado, pelo qual a população trabalhadora de Lichinga se beneficia material e simbolicamente, para responder os desafios da pobreza urbana em Moçambique que alcança 49% da população (Banco Mundial, 2017, 2018).

Parafraseando Costa, Rodríguez e Alvarado-Sizzo (2022), os mercados populares guardam sujeitos que lutam pelo seu direito de utilização e vínculo com o território, cumprem a função de nutrir a esperança e a sobrevivência, atenuar as desigualdades

socioespaciais, os conflitos e os descontentamentos decorrentes de um persistente empobrecimento rural-urbano na América Latina e África.

5. As condições de permanência do patrimônio-territorial no mercado Chiuaula

As condições de permanência do patrimônio-territorial no mercado Chiuaula associam-se à busca de melhores condições de vida da população citadina e migrante, na tentativa de mitigar seu empobrecimento material. Apesar do histórico processo do condicionamento moderno dos territórios (Costa & Moncada, 2021) expresso na lógica da já tratada urbanização africana, o mercado Chiuaula é ativado popularmente como um vigoroso patrimônio-territorial.

O nome do estabelecimento se dá, segundo um dos entrevistados, pois “(...) o mercado foi o primeiro a ser fundado no bairro, onde mora o Regulo³, que é muito conhecido, ele vivia perto e passou a se chamar de mercado Chiuaula” (Vendedor, mercado de Chiuaula, 06/06/2024). Grande parte dos vendedores desse mercado mora nos bairros periféricos de Lichinga, em habitações precárias, horizontais, não planejadas, de construção espontânea e de material sensível (estacas, barro, caniço, etc.), sem infraestruturas e serviços (Araújo, 2003). Como mencionam os entrevistados:

- “(...) vivo no Bairro da Cerâmica, saio de casa às 4 horas, para fazer levantamento de mercadoria e, logo em seguida, às 7 horas, começo a comercializar os meus produtos no mercado.” (Vendedor, mercado de Chiuaula, 07/06/2024).
- “Vivo no bairro de Chiulugo e diariamente tenho que acordar, até as 6 horas.” (Vendedor, mercado de Chiuaula, 06/06/2024).
- “Vivo em Namacula, e diariamente venho de moto.” (Vendedor, mercado de Chiuaula, 07/06/2024).

Grande parte dos vendedores do mercado de Chiuaula são, estatisticamente, considerados empobrecidos, frente ao rendimento adquirido na comercialização de seus produtos. Sobre os ganhos obtidos diariamente, 40% dos entrevistados responderam que ganham menos de 2000 Mt, outros 39% ganham entre 2500 e 3000 Mt. Isto quer dizer que cerca de 80% dos nossos entrevistados não ganham acima de 3000 Mt, o que equivale ao rendimento diário de US\$ 46,4 dólares⁴. Segundo os entrevistados, este valor depende do movimento diário no mercado ou à aderência dos clientes com os vendedores e seus respectivos produtos (Gráfico 2).

³ O líder tradicional.

⁴ Ver Banco de Moçambique – taxas de Câmbios de referência em Meticais – Boletim de câmbios a Vigor em: 28 de Junho de 2024 Nº 125/02/24 /09H30. Informação disponível em: https://www.bancomoc.mz/media/w3wcu4nt/taxas-de-c%C3%A2mbio-de-refer%C3%A2ncia-09h30_28062024.pdf

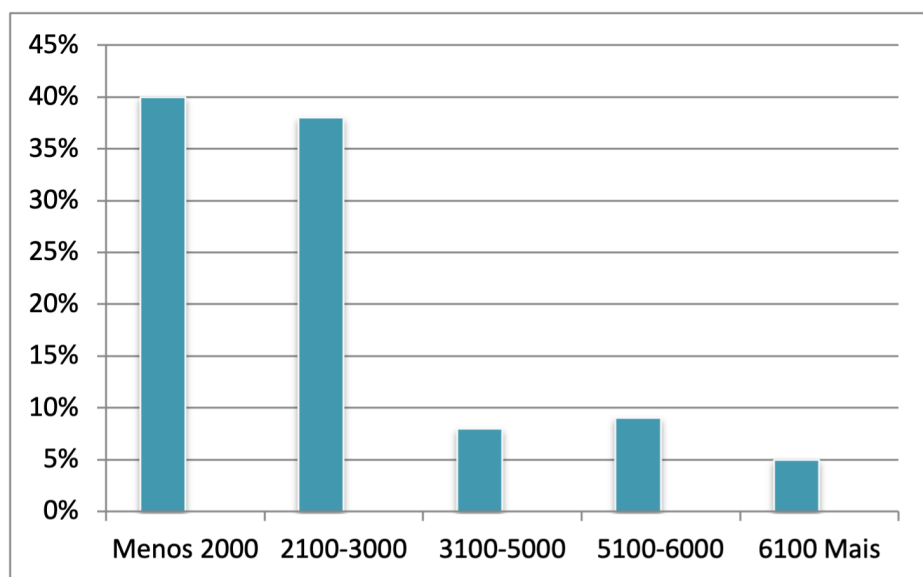


Gráfico 2. Ganhos diários obtidos por comerciantes do Mercado de Chihuahua.

Fonte: elaborado pelos autores com dados do trabalho de campo (2024).

O Gráfico 2 indica que a maioria dos vendedores ganha menos de US\$ 2,6 por dia e reflete a linha da pobreza em países de renda média-baixa, segundo o Banco Mundial (2018). Esta realidade, além de assinalar a importância material e simbólica do mercado de Chihuahua para a população de Lichinga, influencia a permanência dos seus vendedores, como demonstram os trabalhadores, quando perguntados “por que escolheram trabalhar neste estabelecimento”.

- “Estou a trabalhar neste mercado por falta de oportunidade de emprego (...) se o governo proporcionasse um emprego, eu não estaria aqui”. (Vendedor, mercado de Chihuahua, 07/06/2024)
- “Eu não tenho emprego, então achei melhor fazer qualquer coisa neste mercado para alimentar a minha família”. (Vendedor, mercado de Chihuahua, 07/06/2024)
- “Comecei com essa atividade de vendedor aqui no mercado em 2015, quando perdi o contrato com a empresa que eu trabalhei desde 2000”. (Vendedor, mercado de Chihuahua, 07/06/2024)

Segundo dados de pobreza urbana do Banco Mundial (2017, 2018), apesar do crescimento econômico nas duas últimas décadas do século XXI, Moçambique continua a ser um dos países mais empobrecidos do mundo. O crescimento do PIB atingiu uma média de 8,4% entre 1993 e 2013, contribuindo para a redução da pobreza de 69,4% em 1996 para 54,7% em 2009. Não obstante, mais da metade da população nacional ainda se encontra abaixo da linha da pobreza, colocando Moçambique na 13ª posição entre os países mais vulnerabilizados do planeta.

Os altos níveis de desemprego e os baixos indicadores de desenvolvimento humano sugerem que o crescimento econômico em Moçambique não tem sido inclusivo.

Embora a maioria da população seja economicamente ativa, há elevado índice de subemprego e a maior parte das pessoas vivem da agricultura de subsistência e de atividades urbanas informais (Banco Mundial, 2017, 2018). Tratam-se dos vendedores, que fazem parte de grupos subalternizados, que lutam no seu dia-a-dia para construir a sua dignidade, tendo a venda dos produtos como uma alternativa às políticas e ideologias produtoras das desigualdades e diferenças socioespaciais ou de classe em Moçambique (Tvedten et al., 2013).

As condições de permanência do património-territorial no mercado de Chiuaula deriva de sua tradição enquanto estabelecimento onde, seguramente, se encontra produtos alimentares básicos a preços mais acessíveis. Claramente, a batata rena e uma grande variedade do feijão oriundos da província de Niassa favorecem positivamente a interação rural-urbana na ótica da urbanização africana, de forma que os fluxos de mercadoria fazem da localidade um local de encontro, de trocas materiais e simbólicas ou espaço de sobrevivência de uma população histórica, material e espacialmente vulnerabilizada.

6. Considerações Finais

O património-territorial é um conceito que recupera as expressões espaciais, simbólicas e memoriais dos grupos sociais que resistem ao empobrecimento material rural-urbano na América Latina e África, por meio do cotidiano, do trabalho e mesmo de políticas comunitárias situadas. Assim, a pesquisa confirmou que o mercado de Chiuaula é um destacado espaço de encontros e organização sociocoeconômica que interage campo-cidade na província de Niassa, na ótica dos próprios trabalhadores, maioria deles migrantes do campo, principalmente dos distritos de Sanga, Muembe, Ngáúuma, Chimbunila, Lichinga, Mavago e Majune.

O estabelecimento configura um património-territorial, espaço catalizador de ações populares reivindicatórias, pois estimula “conexões territoriais afetivas”, inclusive, rurais-urbanas, ao modo do que se verifica também em mercados latinoamericanos (Briones-Orellana et al., 2021, Costa, 2018; Costa, Rodríguez & Alvarado-Sizzo, 2022; Silva Jr & Boscariol, 2022; Costa & Alvarado-Sizzo, 2023; Costa et al., 2023; Costa et al., 2024; Valverde et al., 2025).

Na venda de produtos como hortícolas, frutas, legumes, cereais, vestuários e industrializados, estimula-se uma rede de práticas comerciais populares que protagoniza sujeitos subalternizados e suas representações territoriais, pelo orgulho na venda do feijão e da batata, por adquirirem caráter simbólico-regional e o reconhecimento coletivo de sua qualidade. Confirma-se por este estudo de caso a tese de que o património-territorial permite que o sujeito rompa ou ao menos mitigue a realidade de injustiças que pairam sobre os territórios urbano-rurais (na América Latina e África), projetando o futuro, com ideologias, práticas, políticas e culturas populares transgressoras.

O conceito património-territorial de matriz decolonial, que até o momento havia sido aplicado a casos latinoamericanos, pode ser amplamente revisado desde experiências africanas, uma vez que enaltece as problemáticas existenciais, especialmente, de sujeitos materialmente empobrecidos, a denunciar, em sua essência, a

lógica histórica da expropriação, do genocídio e do ecocídio a que foram e ainda são submetidos os dois continentes. Esses aspectos dramáticos de nossa formação territorial são amenizados por equipamentos urbanos como os mercados tradicionais ou populares, locus reprodutivo e alternativo da vida social, caso de Chiuaua, de onde cerca de noventa famílias retiram seu sustento elementar para a sobrevivência.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-Brasil), pela bolsa produtividade (PQ2) outorgada ao segundo autor, para desenvolver o projeto maior ao qual esta pesquisa se enquadra. À Maria de Lourdes Godínez C., do IGG-UNAM, México, pela edição dos mapas presentes no texto. A Ivanilson Tomas Antônio, do Centro de Pesquisa e promoção Social (CPS-Moçambique), pelo fornecimento de informações cartográficas. Ao Mello Gilberto Carlos e Benedito Cristovão pelas entrevistas e fotografias retiradas no mercado de Chiuaua.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, por acolher o segundo autor na condição de pesquisador em pós-doutoramento.

Referências bibliográficas

- Aldaz, N. (2024). Territorio, patrimonio y los Voladores de Tamaletom, San Luis Potosí, México [Territory, heritage and the Flyers of Tamaletom, San Luis Potosí, Mexico]. *PatryTer*, 7, 1–20. <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i14.52362>
- Alves, V. (2024). Memórias subterrâneas como patrimônio-territorial no Vale do Médio Paraíba do Sul, Rio de Janeiro [Underground memories as a heritage in the Middle Paraíba do Sul Valley, Rio de Janeiro]. *PatryTer*, 7, 1–23. <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i14.53422>
- Amaral, I. (2005). Importância do setor informal da economia urbana em países da África Subsaariana [Importance of the informal sector of urban economy in sub-Saharan African countries]. *Finisterra*, 79, 53–72.
- Amaral, I. (1983). Luanda e os seus Muceques. Problemas de Geografia urbana [Luanda and its Muceques. Urban Geography Problems]. *Finisterra*, 36, 293–325.
- Araújo, M. (2003). Os espaços urbanos em Moçambique [Urban spaces in Mozambique]. *GeoUSP*, 14, 165–182.
- Banco Mundial. (2018). *Pobreza e prosperidade compartilhada: montando o quebra-cabeça da pobreza [Poverty and shared prosperity: building the poverty puzzle]*. Banco Mundial. Washington, DC.
- Banco Mundial. (2017). *República de Moçambique: pobreza urbana e crescimento inclusivo em Maputo. Grande Maputo: Pobreza urbana e crescimento inclusivo [Republic of Mozambique: urban poverty and inclusive growth in Maputo. Greater Maputo: Urban poverty and inclusive growth]* (Moçambique: Unidade de Gestão de Países, Unidade Urbana e de Resiliência da África Global Social, Urbano e Rural. Relatório n.º ACS22437). Banco Mundial. Washington, DC.
- Bettencourt, A. (2011). *Os musseques de Luanda [The musseques of Luanda]* [Dissertação de Mestrado em Arquitetura]. Universidade Técnica de Lisboa.
- Briones-Orellana, A., Jessica, H., & Verónica, H. (2021). Transformaciones sociales y urbanas del entorno de los Mercados del Centro Histórico de Cuenca [Social and urban

- transformations of the environment of the Historic Centre of Cuenca Markets]. *Urbano*, 24, 20–33. <https://doi.org/10.22320/07183607.2021.24.44.02>
- Cani, A. (2011). Carreiras habitacionais em Maputo, Moçambique: como abordar o assunto [Housing careers in Maputo, Mozambique: how to approach the subject]. *Africana Studia*, 16, 107–111.
- Chambe, M. (2011). Abordagem teórica em torno da pluriatividade: as diversas formas de manifestação nas regiões rurais de Moçambique [Theoretical approach around pluriactivity: the various forms of manifestation in rural regions of Mozambique]. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, 5, 16–30.
- Chichava, J. (1998). *O sector informal e as economias locais. Programa de Reforma dos Órgãos Locais* [The informal sector and local economies. Reform of Local Authorities] (rel. técn.) (Série Textos de Discussão, n.º 8). Ministério da Administração Estatal. Maputo.
- Chivangue, A. (2014). *Economia informal e políticas em Moçambique: lógicas e práticas dos Mukheristas* [Informal economy and politics in Mozambique: logic and practices of the Mukheristas]. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, Universidade Eduardo Mondlane.
- Costa, E. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia [Popular activation of the territorial patrimony in Latin America: theory and methodology]. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26, 53–75. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/59225/pdf>
- Costa, E. (2024). Del patrimonio territorial eurocentrado al patrimonio-territorial decolonial. Giro epistémico desde el Sur. Eutopía [From the Eurocentric territorial heritage to the decolonial territorial-heritage. Epistemic turn from the South. Eutropy]. *Eutopía*, 25, 11–32. <https://doi.org/10.17141/eutopia.25.2024.6175>
- Costa, E. (2021). Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis [Territorial heritage and territory of exception in Latin America: decolonial concepts and praxis]. *Revista Geográfica Venezolana*, 62, 1–32. <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/47523>
- Costa, E. (2018). Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe [Risks and Heritage Preservation Potential in Latin America and the Caribbean]. *Investigaciones Geográficas*, 96, 2–26. <https://doi.org/10.14350/rig.59593>
- Costa, E. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder [Patrimonial utopisms for Latin America: resistance to the coloniality of power]. *Actas do XIV Coloquio Internacional de Geocrítica*, 1–19. http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf
- Costa, E., & Alvarado, I. (2023). Mercados y tianguis, usos del territorio y patrimonio-territorial latinoamericano en México [Markets and tianguis, land use and Latin American territorial heritage in Mexico]. *Revista Geográfica Venezolana*, 64, 1–21. <https://doi.org/10.53766/RGV>
- Costa, E., Maluly, V., & Rúbio, R. (2024a). Desigualdad socioespacial urbano-rural, sujeto y minería en América Latina [Urban-rural socio-spatial inequality, subject and mining in Latin America]. *Ateliê Geográfico*, 18, 1–30. <https://doi.org/10.5216/ag.v18i2.77358>
- Costa, E., & Moncada, J. (2021). Decolonialidad originaria latinoamericana y condicionamiento barroco del territorio novohispano: conventos, presidios y pueblos de indios [Latin-American decoloniality and baroque conditioning of the New Spanish terri-

- tory: convents, presidios and indigenous peoples]. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 30, 3–24. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.80924>
- Costa, E., Pulgarín, Y., Garibay, J., & Pasuy, W. (2023). Usos turísticos del territorio y patrimonio-territorial en mercados de Colombia y México [Tourist uses of the territory and territorial heritage in the markets of Colombia and Mexico]. *Cuadernos de Turismo*, 52, 239–262. <https://doi.org/10.6018/turismo.593621>
- Costa, E., Rodríguez, D., & Alvarado, I. (2022a). Urban economy circuits and Latin American territorial heritage, en Xochimilco Market, Mexico City [Circuits of urban economy and Latin American territorial heritage, in Mercado Xochimilco, Mexico City]. *Urbano*, 46, 90–105. <https://doi.org/10.22320/07183607.2022.25.46.08>
- Costa, E., Sánchez, R., Garibay, J., & Álvarez, R. (2024b). Circuitos de la economía urbana y gourmetización turística en mercados de Chile y México [Circuits of the urban economy and gourmet tourism in Chile and Mexico markets]. *Revista de Geografía Norte Grande*, 82, 1–28.
- Costa, E., Zomighani, J., & Boscariol, R. (2022b). Milton Santos, intelectual negro en la dictadura militar y sus teorías del espacio y urbanización en el Tercer Mundo [Milton Santos, black intellectual in the military dictatorship and his theories of space and urbanization in the Third World]. *Scripta Nova*, 26, 1–24. <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/39683>
- Dadá, Y., & Joao, M. (2022). Demografia e implicações para a economia e o meio rural [Demography and implications for the economy and rural environment]. *Destaque Rural*, 190, 1–12.
- David, M. (2015). *Feijão do Niassa é receita para o desenvolvimento* [Niassa beans are a recipe for development] [Jornal Deutsche Welle].
- Davis, M. (2006). *Planeta Favela* [Planet of slums]. Boitempo.
- Farré, A. (2017). A mobilidade, os recursos e o político no meio rural: questões em torno do conceito de comunidade rural em Moçambique [Mobility, resources and politics in rural areas: questions around the concept of rural community in Mozambique]. Em J. Feijó (Ed.), *Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: estudos de caso em Moçambique* [Migratory movements and rural-urban relations: case studies in Mozambique] (pp. 77–101). Alcande Editores.
- Feijó, J. (2017). Investimentos económicos, assimetrias socio-espaciais e movimentos migratórios [Economic investments, socio-spatial asymmetries and migratory movements]. Em J. Feijó & I. Raimundo (Ed.), *Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos* [Migratory Movements to Areas of Concentration of Large Projects] (pp. 17–732). PubliFix.
- Fernandes, B., & Fazito, M. (2022). Turismo y activación popular del frevo como patrimonio-territorial de Recife, Pernambuco, Brasil [Tourism and popular activation of frevo as territorial heritage of Recife, Pernambuco, Brazil]. *PatryTer*, 5, 249–272. <https://doi.org/10.26512/patryter.v5i10.41178>
- Fernandes, M., & Mendes, R. (2012). Dicotomias urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço [Urban dichotomies in Mozambique: cement and reed cities] [Comunicação oral]. 2ª Conferência da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana: *Morfologia urbana nos países lusófonos (PNUM)*.
- Foulquié, P. (1966). *A dialéctica* [The dialectic]. Publicações Europa-América.
- Francisco, A., & Paulo, M. (2006). *Impacto da economia informal na protecção social, pobreza e exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique* [Impact of the informal economy on social protection, poverty and exclusion: the hidden

- dimension of informality in Mozambique*]. Centro de Estudos Africanos. Moçambique.
- Goldmann, L. (1967). *Origem da dialética; a comunidade humana e o universo em Kant* [*Origin of dialectics; the human community and the universe in Kant*]. Paz e Terra.
- Governo da Província de Niassa. (2017). *A produção industrial e agrícola no período de Janeiro a Fevereiro de 2017* [*Industrial and agricultural production in the period from January to February 2017*]. Governo da Província de Niassa. Niassa.
- Governo da Província do Niassa. (2022). *Plano Estratégico do Niassa 2018–2029* [*Niassa Strategic Plan 2018–2029*]. Governo da Província do Niassa. Niassa.
- Governo do Moçambique. (2022). *Anuário Estatístico da Província de Niassa* [*Statistical Yearbook of Niassa Province*]. Governo do Moçambique. Lichinga.
- Hansine, R. (2017). O crescimento urbano, a urbanização e a fecundidade em Moçambique: uma análise qualitativa [Urban growth, urbanization and fertility in Mozambique: a qualitative analysis]. *Revista de Estudos Ibéricos*, 13, 160–172.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2016). *Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15* [*Family Budget Survey 2014/15*]. Instituto Nacional de Estatística. Maputo.
- Lopes, C. (2003). Elementos para a compreensão do sector informal urbano nos países em desenvolvimento: anotações sobre o retalho informal em Luanda e Maputo [Elements for understanding the urban informal sector in developing countries: notes on informal retail in Luanda and Maputo]. *Revista Internacional Inter-Universitária de Estudos Africanos*, 2, 1–21.
- Magnaghi, A. (2000). *Il progetto locale* [*The local project*]. Bollati Boringhieri.
- Maloa, J. (2016). *A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação* [*The Mozambican urbanization: a proposal of interpretation*] [Tese de Doutoramento em Geografia Humana]. Universidade de São Paulo.
- Maluly, V. (2024). Património-territorial, relevo e resistência indígena na América Portuguesa [Territorial heritage, relief and indigenous resistance in Portuguese America]. *PatryTer*, 7, 1–19. <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i14.53312>
- MBokolo, E. (2011). *História da África Negra* [*History of Black Africa*]. EDUFBA/Casa das Áfricas.
- Mendes, M. (1979). *Maputo antes da independência, Geografia de uma cidade colonial* [*Maputo before independence, Geography of a colonial city*] [Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, n.º 12]. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Mendes, R. (2012). *A cidade colonial e a estruturação do território em Moçambique - evolução urbana de Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/Pemba* [*The colonial city and the structuring of territory in Mozambique - urban evolution of Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula and Porto Amélia/Pemba*] [Tese de Doutoramento em Geografia]. Universidade do Porto.
- Mendras, H. (1969). A cidade e o campo [The city and the countryside]. Em H. Mendras, G. Gurvitch, P. Courtin & S. Bose (Ed.), *Sociologia Rural* [*Rural sociology*] (pp. 30–40). Jorge Zahar.
- Mignolo, W. (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidad* [*Epistemic disobedience: rhetoric of modernity, logic of colonialism, grammar of decoloniality*]. Del Siglo.
- Muanamoha, R., & Raimundo, I. (2017). Migrações Campo-Cidade e Integração no Meio Urbano [Rural-Urban Migrations and Integration in the Urban Environment]. Em J. Feijó & I. Raimundo (Ed.), *Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração*

- de *Grandes Projectos [Migratory Movements to Areas of Concentration of Large Projects]* (pp. 63–84). PubliFix.
- Nhaca, C. (2016). *Análise da contribuição do sector informal na redução da pobreza urbana: caso do mercado Canongola – Tete (2012-2014) [Analysis of the contribution of the informal sector in reducing urban poverty: case of the market Canongola - Tete (2012-2014)]*.
- Oliveira, M. (2004). *Dialética hoje – lógica, metafísica e historicidade [Dialectics today - logic, metaphysics and historicity]*. Loyola.
- Oliveira, R., & Jardim, A. (2024). O patrimônio-territorial afro-brasileiro da capoeira na educação [The afro-brazilian territorial heritage of capoeira in education]. *PatryTer*, 7, 1–18. <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i14.53132>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2024). *População jovem e em rápido crescimento impõe necessidade de ação em Moçambique [Young and rapidly growing population calls for action in Mozambique]*. <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831101>
- Ortega, V. J. (1998). El patrimonio territorial: el territorio como recurso cultural y económico [Territorial heritage: the territory as a cultural and economic resource]. *Ciudades*, 4, 33–48.
- Peixoto, D. (2015). Dialética até Hegel [Dialectic to Hegel]. *Revista de Teorias e Filosofias do Estado*, 1, 125–156. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9652/2015.v1i1.684>
- Pinassi, A., & Bertoncetto, R. (2023). Aportes a la conceptualización del patrimonio comunitario y las comunidades patrimoniales desde una perspectiva territorial [Contributions to the conceptualization of community heritage and heritage communities from a territorial perspective]. *PatryTer*, 6, 1–25. <https://doi.org/10.26512/patryter.v6i11.47575>
- Rodríguez, A. D. (2020). Activación de un patrimonio-territorial mexicano, el amaranto en Santiago Tulyehualco, México [Activation of a Mexican territorial heritage, amaranth in Santiago Tulyehualco, Mexico]. *PatryTer*, 6, 96–108. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26642>
- Rodríguez, V. D., & López, Á. (2023). Subsistema vida cotidiana: aporte metodológico al ordenamiento territorial desde la Zona Arqueológica de la Sierra de San Francisco, México [Subsystem everyday life: methodological contribution to territorial planning from the Archaeological Zone of the Sierra de San Francisco, Mexico]. *PatryTer*, 6(12), 1–21. <https://doi.org/10.26512/patryter.v6i12.42828>
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço [The nature of space]*. EdUSP.
- Santos, M. (2018). *O espaço dividido [The divided space]*. EdUSP.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização [For a different globalization]*. Record.
- Santos, M. (2006). Uma epistemologia existencial [An existential epistemology]. Em A. Lemos, M. Silveira & M. Arroyo (Ed.), *Questões territoriais na América Latina [Territorial issues in Latin America]* (pp. 19–26). CLACSO.
- Scarlato, F., & Costa, E. (2017). A natureza do urbano [The nature of urban]. *Confins*, 30, 1–19. <https://doi.org/10.4000/confins.11676>
- Silva Junior, A., & Boscariol, R. (2022). Campo-cidade, circuito inferior da economia urbana e a Feira do Produtor de Ceilândia como patrimônio-territorial do DF [Field-city, lower circuit of the urban economy and the Fair of the Producer of Ceilândia as patrimony-territorial of the DF]. *PatryTer*, 5, 145–159. <https://doi.org/10.26512/patryter.v5i10.40004>

- Silva Junior, A., & Queiroz, P. (2020). Território usado, patrimônio-territorial e urbanização do Distrito Federal, Brasil [Used territory, heritage and urbanization of the Federal District, Brazil]. *PatryTer*, 3, 51–65. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32290>
- Sposito, M. (2013). Questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade [City-countryside question: perspectives from the city]. Em M. Sposito & A. Whitacker (Ed.), *Cidade e Campo – Relações e Contradições entre o urbano e rural* [City and Countryside - Relations and Contradictions between the urban and rural] (pp. 111–121). Outras Expressões.
- Stacciarini, J., & Silva, L. (2018). O mercado informal de Maputo (Moçambique) e a feira de Xipamanine: entre curiosidades e vivências no continente africano [The informal market of Maputo (Mozambique) and the fair of Xipamanine: between curiosities and experiences in the African continent]. *Élisée, Revista de Geografia da UEG*, 7, 41–52.
- Tvedten, I., Roque, S., & Bertelsen, B. (2013). *Espaço Urbano e Pobreza em Maputo, Moçambique* [Urban space and poverty in Maputo, Mozambique] (N. 12). Michelsen Institute. Maputo.
- Valverde, R., Cunha, L., Kazukas, G., & Vieira, L. (2025). As territorialidades e a proteção do patrimônio histórico no Mercado Municipal de São Paulo [The territorialities and the protection of historical heritage in the Municipal Market of São Paulo]. *PatryTer*, 8, 1–16. <https://doi.org/10.26512/patryter.v8i15.55162>